

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: FORMAÇÃO, CONCEPÇÕES E AVALIAÇÃO EM DEBATE

Pricila Paula Matte¹

Resumo: O PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa) é um programa do Governo Federal, com auxílio dos Estados e Municípios para a melhoria da educação nas classes de alfabetização do ensino fundamental. Busca-se que, além da alfabetização, os estudantes vivenciem na escola, as práticas sociais de uso da leitura e escrita. Uma das formas de se alcançar a melhoria nessa etapa do ensino é promover uma formação docente na qual ocorram reflexões teórico-práticas sobre como possibilitar alfabetizar letrando. Perseguindo esse propósito surge o PNAIC no ano de 2012. Realizou-se uma pesquisa de campo com docentes da rede municipal de Chopinzinho/PR com o propósito de verificar as percepções dos professores a respeito da formação oferecida, pelo PNAIC, em Língua Portuguesa. Os resultados demonstram que as docentes entrevistadas aprovaram a formação recebida em razão dos conhecimentos novos e os que puderam ser revisados. No entanto, apontam que a referida formação está mais adequada à realidade de alguns contextos escolares no Brasil do que a outros. Pôde-se, perceber, a partir das entrevistas que os conhecimentos sobre como se trabalhar com os gêneros textuais nas classes de alfabetização ainda precisam ser reforçados entre os professores.

Palavras-chave: PNAIC, Letramento, formação de professores;

1 Introdução:

Na tentativa de melhorar a qualidade do que se aprende na escola, cujos resultados da ineficiência do ensino nas classes de alfabetização são apontados pela avaliação e larga escala Provinha Brasil, o Governo Federal lançou, no ano de 2012, o Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Trata-se de um programa de educação, assumido pelos governos Federal, Estadual e Municipal de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Este programa se configura como sendo uma estratégia do Governo para atingir melhores resultados nas avaliações nacionais, com destaque à Provinha Brasil, no caso das classes de alfabetização (BRASIL, 2012)

¹ Pós-graduanda em Letras Linguagem e sociedade pela Universidade tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Pato Branco. E-mail: pricylapaula@hotmail.com.

O programa desenvolve um trabalho com o intuito de que, aos oito anos de idade, as crianças compreendam o funcionamento do sistema de escrita. Pretende-se que, ademais de alfabetizada, a criança seja letrada. Apesar de características diferentes, os dois processos – letramento e alfabetização – podem ser aprendidos concomitantemente. A alfabetização é entendida como o “processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia” (BRASIL, 2007, p. 12). O letramento, por sua vez, é “o processo de inserção e participação na cultura escrita”. O letramento é uma prática social que envolve a leitura e escrita de diferentes gêneros textuais. (BRASIL, 2007, p.12).

O PNAIC prevê, como uma de suas ações, a formação de professores alfabetizadores. Essa ação se dá por meio de um curso, no qual as universidades, secretarias de educação e escolas devem estar articuladas. Essa estrutura é composta por dois formadores. O primeiro, o professor formador, realizará a formação dos orientadores de estudo. Trata-se do professor vinculado às universidades públicas. O orientador de estudos - professor vinculado às secretarias municipal e estadual de educação, nas quais se oferecem classes de alfabetização - organizará, com base nos mesmos princípios formativos, a formação dos professores atuantes nas escolas dos três primeiros anos. O curso está organizado em oito unidades, totalizando 80 horas, além do seminário de encerramento de 08 horas e 32 horas de estudo e atividades extrassala, totalizando, assim, 120 horas de curso.

Os professores alfabetizadores do município de Chopinzinho participaram nos anos de 2013 e 2014, do programa de formação continuada do PNAIC, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Desse modo, com o objetivo de verificar as percepções dos professores quanto à pertinência do programa e o impacto dessa formação no processo de ensino-aprendizagem de seus estudantes, na área de Língua Portuguesa, realizamos uma pesquisa cujos resultados apresentamos nesse texto. Foram realizadas entrevistas com seis professoras alfabetizadoras e que participaram do curso de formação continuada oferecido pela secretaria municipal de educação de Chopinzinho, a partir do PNAIC.

Nas seções seguintes abordaremos: constituição, respaldo legal e finalidade do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); metodologia de pesquisa e análise dados e resultados.

2 O programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

O programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, foi instituído pela portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Surge com o objetivo de garantir o direito de alfabetização plena, pois, com a pressão dos órgãos centrais para a diminuição da reprovação e universalização do ensino, uma parcela do alunado tem permanecido na escola, mas sem dela usufruir, pois o crescimento qualitativo não tem acompanhado o crescimento quantitativo quanto à oferta do ensino.

No intuito de melhorar o ensino na educação básica, o PNAIC vem contribuir para o aperfeiçoamento da formação de professores alfabetizadores, de maneira a possibilitar que a alfabetização atinja também os objetivos de letramento das crianças. Dá ênfase às áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática no primeiro ciclo do ensino fundamental contemplam os eixos: 1) Formação continuada de professores alfabetizadores; 2) Materiais didáticos e pedagógicos; 3) Avaliações; 4) Gestão, controle social e mobilização.

A formação continuada de professores alfabetizadores aparece como ponto estratégico do mencionado programa que, inclusive, oferece uma contrapartida financeira aos professores cursistas no valor de 200 reais mensais por participante que deve frequentar o curso por um período de dois anos: no primeiro com formação em Língua Portuguesa e no segundo, com formação na área de Matemática. No caso do município de Chopinzinho, os orientadores de estudo tiveram formação na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Aos participantes do programa são disponibilizados materiais específicos para a alfabetização, como livros didáticos, jogos pedagógicos, dicionários, obras literárias e pedagógicas complementares. O cursista pode acessar também o Portal do Professor, no qual são disponibilizados livros, vídeos, relatos de experiências, dentre outros materiais.

Às escolas participantes, o MEC disponibilizou livros didáticos do primeiro ao terceiro ano do Ensino Fundamental, com respectivos manuais para os professores, obras pedagógicas complementares aos livros didáticos, distribuídas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). As escolas participantes recebem ainda obras de referência, literatura e pesquisa distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e jogos pedagógicos para apoio à alfabetização e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização (BRASIL, 2012).

A avaliação dos impactos da formação continuada do docente, a partir do PNAIC, na aprendizagem dos alunos se dá por avaliações periódicas das turmas, pelos docentes; aplicação anual da Provinha Brasil ao final do 2º ano do ensino fundamental e ao final do 3º ano os alunos. Busca-se avaliar o nível de alfabetização alcançado pelos alunos

A Gestão, Controle e Mobilização Social ocorrem nas instâncias Federal, Estadual e Municipal. Trata-se do monitoramento com o intuito de assegurar a implementação do PNAIC nos Estados e Municípios.

4 Metodologia

Essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Caracteriza-se, também, como estudo de caso, pois focaliza um grupo específico de professores para sua realização: os professores que participaram da formação continuada no PNAIC no município de Chopinzinho/PR, durante os anos 2013 e 2014.

A pesquisa contou com a participação de seis docentes do ensino fundamental I, participantes da formação continuada do PNAIC, nos anos de 2013 e 2014, no município de Chopinzinho. Nesse trabalho serão referenciados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6².

Todas são do sexo feminino, com faixa etária entre 25 anos e 45 anos. Quatro possuem graduação em pedagogia, uma em letras e uma está concluindo a graduação em pedagogia. Com exceção da graduanda, as demais possuem especialização na área de Educação.

Realizamos uma entrevista estruturada³. As perguntas abordavam questões sobre a pertinência dos cursos de formação de professores, contribuições da formação do PNAIC sobre para a prática pedagógica docente e concepções de língua e ensino.

3 Resultados

Os dados foram categorizados em três grupos, de acordo com as informações oriundas das respostas às perguntas da entrevista: a) a contribuição da formação continuada do PNAIC para a prática pedagógica dos professores alfabetizadores; b) as percepções das professoras quanto à formação continuada; c) as concepções sobre o ensino e aprendizagem de língua portuguesa. O objetivo dos dados dessa última categorização é verificar se a prática de ensino de língua portuguesa a partir dos gêneros textuais, com vistas ao letramento dos alunos, tem sido realizada pelos professores, uma vez que esse é o foco da formação continuada PNAIC, para a área de Língua Portuguesa.

² A pesquisadora contatou os docentes que ao aceitarem o convite, assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, que indica sua vinculação ao processo e assegura o sigilo à identidade dos informantes.

³ A entrevista estruturada é realizada através de questionários aplicados direta ou indiretamente, esta realizada sob controle para responder aos objetivos planejados antecipadamente, o que permite esclarecimentos dentro dos limites (MINAYO, 1996)

a) Contribuição da formação continuada do PNAIC para a prática pedagógica docente.

Das seis docentes entrevistadas, 50% disseram “concordar parcialmente” ao questionamento “O programa PACTO trouxe alguma mudança na sua prática pedagógica”. As justificativas a essa concordância parcial não são coincidentes:

P1: “Muitas coisas abordadas no curso eu não repassei para meus alunos, pois, eram além da realidade dos mesmos”.

P5: “Aprendi a explorar melhor as possibilidades dos alunos, as atividades pedagógicas, as situações de aprendizagem em sala de aula”.

P6: “Algumas práticas são novas, outras já eram do meu conhecimento”.

Vê-se que P1 e P6 abordam as limitações do curso para justificar sua resposta “concordo parcialmente”. A primeira informa que “muitas coisas abordadas” não puderam ser aproveitadas por não condizer com a realidade de seus estudantes, enquanto a segunda apoia-se em seus conhecimentos prévios sobre o conteúdo abordado no curso informando que “algumas práticas” eram novas, ao contrário de outras. P5, no entanto, não justificou a razão em “concordar parcialmente” com as mudanças advindas de sua participação no curso de formação do PNAIC, uma vez que apenas destaca os aspectos positivos de sua participação. Sua resposta se aproxima à de P3 que responde “concordar plenamente”: “Me ajudou a trabalhar melhor interpretação de texto, pois, a partir de uma história se é possível trabalhar a interdisciplinaridade”. P2 afirmou “discordar parcialmente”, informando que “Pelo fato de lecionar há vários anos e ter feito vários cursos, acho que não mudou muito”.

A pergunta “O programa do PNAIC deu conta de satisfazer às necessidades teórico-prática dos professores?” é semelhante à pergunta “O programa PACTO trouxe alguma mudança na sua prática pedagógica”. Porém, a primeira teve como propósito permitir que o professor realizasse uma análise mais atenta sobre a relação teórico-prática possibilitada pelo curso de formação PNAIC. Das respostas dadas ao questionamento, três nos chamaram a atenção. Tratam-se das respostas de P1, P3 e P6, que, respectivamente, apresentamos abaixo:

“Concordo Parcialmente. O programa auxiliou mas não totalmente, vai além da realidade dos alunos.”

“Concordo Parcialmente. Muitas vezes algumas atividades se tornavam repetitivas, pelo fato de que os exemplos trazidos eram sempre da região Nordeste do país, onde estão em desenvolvimento e nossa região Sul já está mais avançada.”

“Concordo Parcialmente. Muitas das práticas você tem que adaptar de acordo com a turma.”

Pode-se inferir, a partir dessas respostas, um consenso entre os docentes de que as atividades sugeridas trabalhados no curso de formação e sugeridos no material pedagógico recebido pelos cursistas, não correspondem à realidade de seus estudantes. P1 e P6 não esclarecem o que denominam de “realidade dos alunos” (P1) ou “práticas [...] de acordo com a turma”. P3, no entanto, é explícita ao afirmar que os exemplos correspondem à realidade do Nordeste do país “onde estão em desenvolvimento” e não a “nossa região Sul que já está mais avançada”. P3 informa, de maneira, implícita, que as atividades sugeridas no curso e nos materiais pedagógicos estão aquém das habilidades de seus alunos que teriam condições de realizar atividades mais complexas, pois vivem em um ambiente “mais avançado”.

Na fala de P3 percebemos também a constituição da representação sobre o nordeste e sua gente, compartilhada por muitas pessoas das outras regiões brasileiras. Apesar do curso ser em âmbito nacional, com a análise dos materiais fornecidos aos professores, pudemos comprovar que, de fato, os relatos de experiências fazem referência à realidade da região nordeste do Brasil. O material é baseado em relatos de experiências, os quais são identificados com o nome do professor, município e Estado e todos são da região Nordeste do Brasil. Talvez tenha sido interesse, dos elaboradores do material, de que os professores do Nordeste pudessem se identificar com os exemplos mencionados, uma vez que os entrevistados eram todos professores nordestinos que têm em comum o fato de suas escolas possuírem os índices e resultados educacionais mais baixos em relação às outras regiões brasileiras.

P4 e P5 destacam, em suas respostas, a importância da troca de experiências e do aperfeiçoamento constante:

“Concordo Plenamente. Pelo fato dos formadores ser bons e pela troca de experiências”
(P5)

“Concordo Parcialmente. Sempre estamos nos aperfeiçoando e várias necessidades sempre vão surgindo, nem sempre se satisfaz todas as necessidades teórico-práticas”.(P6)

A resposta dada por P2 foi a única a apresentar uma discordância em relação à satisfação das necessidades teórico-práticas proporcionadas pela formação do PNAIC aos professores. Respondeu ao docente: “Discordo parcialmente. Alguns pontos ele deixou meio vago, e não satisfez”. Trata-se da mesma docente que respondeu, na pergunta anterior, que o curso não a ajudou muito pelo fato de já trabalhar há muitos anos e ter feito vários cursos. Também é a docente que não possui curso superior ainda. A formação pelo PNAIC não trouxe muitas novidades para ela. Parece que no caso de P2, a formação foi insatisfatória.

Apesar da diversidade de opiniões sobre as contribuições para a prática pedagógica advindas da realização do curso de formação continuada a partir do PNAIC, todas as docentes foram unânimes ao informar que utilizam o acervo literário e os demais materiais oferecidos pelo PNAIC em sua prática pedagógica.

b) Concepção de linguagem e ensino de língua materna.

Os dados organizados sob a categoria “concepção de linguagem e ensino de língua materna” foram coletados a partir de três perguntas que tiveram como objetivo verificar a compreensão dos docentes a respeito da proposta de ensino de Língua Portuguesa sugerida pelo PNAIC, ou seja, o ensino de língua com enfoque nas práticas sociais de uso de linguagem, ou seja, a partir dos gêneros textuais com os quais os alunos convivem no seu cotidiano.

A pergunta “Para você o que é importante que um professor conheça para que possa ensinar a língua portuguesa em sala de aula de primeiro a terceiro ano?” teve como objetivo dar liberdade ao professor para tecer considerações sobre os conhecimentos docentes considerados importantes para a atuação no ensino fundamental, sem fazer sugestões sobre quais aspectos deveriam ser considerados.

Das respostas das seis docentes, duas destacam a importância de se conhecer “as fases das crianças” (PX e PX), duas destacam a importância de se conhecer a realidade, dificuldades e contexto dos alunos (PX e PX) e outras duas mencionam a pertinência dos conhecimentos linguísticos para a atuação com a língua portuguesa em classes de alfabetização, as quais descrevemos abaixo:

P5: “É importante conhecer os vários gêneros textuais, a ortografia correta da língua portuguesa e também questões gramaticais”.

P6: “Tenha conhecimento sobre a estrutura da língua e qual forma se adapta melhor aos seus alunos.”

A pergunta “Quais conhecimentos a respeito dos alunos, conteúdos, você acha que é importante que um alfabetizador tenha?” teve o intuito de ser mais específica em relação aos conhecimentos sistematizados necessários para a atuação nesse nível de ensino. As respostas sobre os conhecimentos a respeito dos alunos podem ser resumidas como “conhecer o nível/fases de aprendizagem” (P1 e P4); “conhecer as formas individuais de aprendizagem, dificuldades e facilidades” (P2 e P6), “conhecer a realidade e expectativas dos alunos quanto à escola” (P3 e P5). Em relação aos conhecimentos relativos aos conteúdos, as respostas foram evasivas e não mencionaram os conhecimentos sobre a língua materna, em específico, apenas se menciona a importância do professor ter conhecimentos. As respostas foram:

P1: “O professor deve buscar ampliar sempre, pois cada aluno aprende de uma forma diferente.”

P2: “Deve dominá-los.”

P3: “O professor deve ter um conhecimento mais amplo e uma mente mais aberta.”

P: “Ter um planejamento em mãos, seguir o que a escola pede e ir em busca.”

P5 : “Explorar ao máximo, aprofundar o assunto, estimular a pesquisa e a leitura.”

P6: “Buscar sempre estar atualizado.”

Com relação à pergunta: “Se lhe fosse solicitado realizar um trabalho com um gênero textual de um jornal para uma turma de terceiro ano, como você encaminharia esse ensino? Que exercícios/ atividades/ práticas solicitaria aos alunos?”

Foi unânime, entre as docentes, a afirmação de que iniciariam o trabalho com o reconhecimento do jornal, a partir da leitura e manuseio do jornal impresso. Somente P5 destaca que faria uma diferenciação entre jornal impresso e televisivo. Porém, a sugestão de atividades também é evasiva, há a afirmação de realizaria a leitura e escritura de textos, porém não há uma descrição de como encaminharia a leitura e a escritura, do texto selecionado, de como se trabalharia os aspectos discursivos e linguísticos do texto.

P1, P3 e P6 informam após o manuseio do jornal abordariam o gênero notícia. P1 e P3 informam que solicitariam a escrita de uma notícia, porém sem explicitar como realizariam o

trabalho anterior ao encaminhamento da produção textual e P6 apenas afirma que pediria uma “redação do jornal”. P2 afirma que proporia o trabalho com gêneros do jornal, do qual cita a “narrativa, a charge”, mas também não informa como encaminharia esse trabalho; P4 afirma que proporia a “criação de um jornal” também sem informar como encaminharia essa atividade; P5, por fim, propõe a apresentação de um gênero do jornal, de forma oral, aos colegas com posterior exposição no mural da escola.

Embora as propostas dos professores quanto ao trabalho de exploração dos gêneros jornalísticos, partindo-se do reconhecimento do jornal para conseqüente produção escrita/oral sejam importantes, não foi possível constatar, a partir das respostas, se há clareza quanto aos procedimentos necessários para a realização do reconhecimento dos gêneros textuais contemplados no trabalho, ações como: refletir sobre o contexto de produção de textos: quem escreveu o texto, para qual interlocutor, com qual objetivo, em qual suporte; reconhecer a estrutura composicional do gênero estudado; reconhecer e refletir sobre as particularidades linguísticas do gênero, objeto de ensino, tais como, tempos e modos verbais, uso de operadores argumentativos, realização de coerência e coesão textuais, tipologias textuais predominantes; planejar a escrita de textos considerando o contexto de produção; gerar e organizar o conteúdo textual; utilizar vocabulário diversificado e adequado para o gênero estudado, bem como contemplar a variedade linguística ou a formalidade linguística adequada para o gênero que se produz; Revisar autonomamente os textos durante o processo de escrita; Revisar os textos após diferentes versões, reescrevendo-os de modo a aperfeiçoar sua funcionalidade. A não menção a essas ações importantes para a exploração do gênero ensinado nos leva a suspeitar que não houve a internalização ou operacionalização dos encaminhamentos necessários para o efetivo ensino do gênero textual.

c) Percepções sobre a formação continuada

Por fim, acreditamos ser importante saber a opinião das professoras diante da formação continuada de maneira geral. As perguntas que possibilitaram a análise desse tópico, com exceção de uma, focalizaram a experiência das docentes na formação continuada proporcionada pelo PNAIC. Apesar de especificarem o curso oferecido, permitem vislumbrar as percepções dos professores acerca dos cursos de formação continuada de modo geral, uma vez que consistem em práticas corriqueiras para os docentes. Muitas vezes não é dada ao professor a possibilidade de escolha na realização ou não da referida formação, pois em

muitos contextos, a participação na formação é uma imposição dos gestores e é atrelada à própria progressão na carreira docente. Da mesma maneira, grande parte dos cursos já vem formatado com uma proposta pré-definida, sem a realização da consulta às demandas dos docentes. Saber como os professores avaliam a formação recebida é importante para justificar o sucesso ou fracasso da mesma e para garantir a melhoria do processo. Os dizeres dos docentes sobre a formação revelam também, a concepção sobre o próprio ato da formação.

Questionadas se frequentaram regularmente os encontros do PNAIC, todas as docentes responderam “concordar plenamente”. Diante da solicitação de que descrevessem sobre o que os encontros significaram para elas, as respostas variaram entre “oportunidade para obter novos conhecimentos” (P1 e P5); “revisão de conhecimentos que já haviam sido esquecidos” (P3); “oportunidade de aprendizagens práticas” (P6); “trocas de experiências” (P2 e P5). Apenas P4 não informou o significado do encontro para si, dando como resposta: “Pelo fato de ser na segunda-feira deixava a semana mais atrativa, foi enriquecedor”.

Questionadas sobre as sugestões que dariam para a melhoria da formação do PNAIC, obtivemos as seguintes respostas: “oferecimento uma formação com enfoque em cada ano letivo das classes de alfabetização” (P1 e P2); “disponibilidade de mais atividades práticas e menos conteúdo teórico” (P1, P2 e P6); “melhoria e disponibilização de um maior número dos materiais pedagógicos oferecidos” (P3 e P6 que afirma “Os jogos precisam vir em maiores quantidades, pois vinha um de cada, acabava não dando para trabalhar com toda a turma ao mesmo tempo”); “realização de troca de experiências entre os municípios” (P1); “ampliação do curso para as demais áreas de conhecimento” (P4); “elaboração de exemplos de experiências mais atuais” (P3). Apenas P4 afirma que não mudaria nada, pois “da forma comi vinha sendo feito o curso estava muito bom”.

Questionadas se creem que a formação continuada é uma maneira de melhorar a Educação Nacional, cinco docentes afirmam que é uma maneira de melhorar a educação, em razão da importância do aprendizado pelo professor:

Apenas P3 responde que acredita não ser uma das maneiras de melhoria da educação nacional, pois, “muitas vezes não condiz com a realidade”: “Não somente, pois, não adianta investir na formação de professores se muitas vezes a realidade não condiz”.

Questionadas sobre os “pontos fortes” e “pontos fracos” do programa de formação continuada, as professoras responderam como pontos fortes: Troca de experiências (P1, P2); disponibilização de materiais (P3, P4 e P5); sugestões de atividades (P5 e P6). Sobre pontos

fracos as professoras citaram; falta de direcionamento por ano letivo/turma (P1); expectativas de que pudesse ser melhor (P2); estar alheio à realidade da região (P3 e P6); quantidade controlada de materiais por turma (ter vindo somente um jogo de cada) (P3); não era novidade (P4).

Considerações Finais

Concluimos, a partir das respostas obtidas com as professoras participantes dessa pesquisa, que o PNAIC trouxe contribuição para a formação em serviço. No entanto, por se tratar de um modelo de formação pronto, com materiais pedagógicos produzidos para atender a um grande número de docentes, as experiências e práticas sugeridas como resultado das experiências descritas, fazem referência, muito mais, à região nordeste do Brasil do que à região sul, contexto de ensino das docentes pesquisadas.

A pesquisa ainda apontou que, apesar do contato das docentes com os conhecimentos relativos à concepção de linguagem em uma perspectiva interacionista e o ensino da língua tendo como referência as práticas sociais por meio dos gêneros textuais, as ações e os procedimentos necessários para o ensino dos gêneros em uma perspectiva sócio-discursiva, com exploração de elementos como situação social de produção, estrutura composicional e estilo linguístico consistem em conhecimentos ainda não consolidados pelas professoras.

Por fim, concluimos que as professoras aprovam a formação recebida, pois a mesma possibilitou a troca de experiências entre os docentes e a disponibilidade de materiais didáticos com sugestões para a prática pedagógica no ensino da língua materna. Porém, o mesmo curso não cumpriu as expectativas iniciais, pois as professoras desejavam que as práticas sugeridas partissem da realidade de seus alunos e que contemplassem conhecimentos e práticas com enfoque na especificidade de cada ano letivo. Isso comprova que é importante que qualquer proposta de curso de formação continuada parta dos interesses e necessidades dos professores envolvidos, conhecedores do contexto no qual lecionam.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Pró-letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Série Iniciais do Ensino Fundamental. Alfabetização e Linguagem. Brasília: MEC, 2007.

MEC. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Cadernos de Estudo: unidades 01 à 08. Brasília, SEB, 2012

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. **Cadernos Cedes**, n. 52, p.41-54, nov. 2000.

_____. **Os sentidos da alfabetização: (1876 – 1994)**. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000b.

_____. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004. 21

_____. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p.329-410, maio/ago. 2010.

SOARES, Madga. **Alfabetização e letramento**. Local: Editora, 1998.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte. Ceale/Autêntica. 1998b.

_____. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Pátio – Revista Pedagógica**, p.96-100, fev.2004.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em :<http://pacto.mec.gov.br/> acesso em 08/04/2014

Portaria nº 1458, de 14 de Dezembro de 2012. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_1458_141212.pdf . Acesso em 05/05/2014

Portaria nº 867, de 4 de Julho de 2012. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf Acesso em 05/05/2014

Portaria nº 90 de 6 de Fevereiro de 2013. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/portaria90_6_fevereiro_2013.pdf Acesso em 05/05/2014

Lei 12.801, de 24 de Abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm Lei 12.801, de 24 de abril de 2013 – Conversão da Medida Provisória 586, de 2012. Acesso em 08/05/2014

Lei 11.273, de 6 de Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Lei%20de%20Bolsas%20n%2011%20273.pdf>. Acesso em 08/05/2014

Guia Geral Pró Letramento. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Proletr/guiageral.pdf>. Acesso em 23/06/2015